

RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.138 - RS (2020/0042935-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : DELMAR BORGES DA SILVA
ADVOGADOS : RAFAEL MARIATH BASSUINO - RS076305
DANIELI CRISTINA BONI - RS100426
RECORRIDO : FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
ADVOGADO : FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
AGRAVADO : DELMAR BORGES DA SILVA
ADVOGADOS : RAFAEL MARIATH BASSUINO - RS076305
DANIELI CRISTINA BONI - RS100426

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CONSAN, contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 242, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE MÚTUO. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNDAÇÃO CORSAN. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DO PACTO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) NA ESPÉCIE.

INAPLICABILIDADE DO CDC. Conforme o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.536.786/MG, a incidência do CDC, para fins de aplicação da Súmula 321 (do STJ), restringe-se às entidades abertas de previdência. Logo, no caso concreto, deve ser afastada a incidência do Código de Defesa do Consumidor, solvendo-se a controvérsia com base no Código Civil.

JUROS REMUNERATÓRIOS. Tratando-se a ré de entidade de previdência privada fechada, não pode se valer das disposições legais que regem as instituições financeiras, de modo que, no caso, deve ser observada a vedação relativa à cobrança de juros superiores a 12% ao ano, nos termos do art. 1º da Lei de Usura (Dec. 22.626/33).

CAPITALIZAÇÃO MENSAL. A capitalização mensal dos juros remuneratórios somente passou a ser aceita após a edição da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, exigindo-se, ainda, sua previsão expressa no contrato firmado entre as partes.

COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. A compensação e/ou repetição do indébito constituem decorrência lógica da pretensão revisional e do consequente acerto da relação débito-crédito, em face da vedação ao enriquecimento sem causa, devendo ser admitidas, independentemente de prova do pagamento por erro.

DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. Sem incidência do disposto no art. 85,

§11, do CPC/2015, pois aplicável apenas nas hipóteses de desprovimento e de não conhecimento do recurso, conforme orientação traçada pelo STJ no EDcl no AgInt no REsp 1.573.573.

Apelações cíveis parcialmente providas.

Unânime.

Opostos embargos de declaração (fls. 267/274, e-STJ), esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 351/361, e-STJ), a insurgente apontou violação aos artigos 206, § 3º, IV do Código Civil e 1022, II do Código de Processo Civil/15. Sustentou, em síntese: i) negativa de prestação jurisdicional, por não terem sido supridas as omissões suscitadas nos aclaratórios em relação ao equilíbrio atuarial da carteira de empréstimo; ii) a prescrição da pretensão, tendo em vista que as parcelas a serem repetidas ou compensadas não devem ultrapassar o triênio que antecede o ajuizamento da ação.

Contrarrazões às fls. 381/389, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 391/407, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) ausência de negativa de prestação jurisdicional; ii) incidência da Súmula 283/STF e 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 409/424, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a insurgente refuta os óbices aplicado pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fls. 425/426, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Preliminarmente, no que tange à alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15, não merece acolhimento a insurgência, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem.

Aduz a ora agravante a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que o Tribunal de origem teria sido omissivo em relação ao equilíbrio atuarial da carteira de empréstimo.

Contudo, da leitura dos autos, constata-se que a referida tese foi expressamente examinada pela Corte *a quo*, consoante se denota do seguinte trecho (fl. 304, e-STJ):

Quanto ao equilíbrio atuarial, cumpre observar que a revisão dos contratos celebrados se mostra viável na medida em que alegada a abusividade dos encargos, não impedindo tal providência a simples alegação de ofensa ao equilíbrio atuarial.

Desta forma, considerando que a questão trazida à discussão foi dirimida pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e sem omissões ou contradições, merece ser afastada a alegada negativa de prestação jurisdicional.

2. Quanto a prescrição, a Corte local adotou os seguintes fundamentos (fl. 249, e-STJ):

No caso concreto, em que pesem as alegações da requerida em sentido contrário, não há falar em prescrição da pretensão.

Ocorre que, na hipótese, o conjunto probatório dos autos demonstra a

cadeia sucessiva de requerimentos de mútuo e contratos formalizados, ficando nítido que o autor buscou novos empréstimos para saldar as dívidas anteriores, antes mesmo da quitação das últimas parcelas.

De tal sorte, tendo o último contrato sido celebrado no dia 29/05/2017 (fl. 14-verso) e a presente ação ajuizada em 30/01/2015, não há falar em prescrição da pretensão, pois não implementado o prazo de 3 (três) anos mencionado pela requerida.

A propósito do tema, acrescente-se, é pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de ser viável a revisão de contratos extintos, quer pelo pagamento, quer pela novação.

A conclusão em sentido contrário ao que restou expressamente consignado no acórdão hostilizado - acerca da não ocorrência da prescrição -, enseja, indubitavelmente, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, não se limitando à reavaliação de provas, o que é vedado pela Súmula 7 desta eg. Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. INADIMPLEMENTO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. ÚLTIMA PRESTAÇÃO. DATA DE VENCIMENTO. TRATO SUCESSIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO ÚNICA. DESDOBRAMENTO EM PARCELAS. PAGAMENTOS DE VALORES. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O prazo para o adimplemento da obrigação é comumente estipulado em benefício do devedor, sobretudo nos contratos de execução continuada ou de execução diferida, não podendo o credor exigir o cumprimento da prestação antes do seu vencimento (art. 939 do Código Civil). A dívida vence, ordinariamente, no termo previsto contratualmente.

3. Por se tratar de obrigação única (pagamento do valor emprestado), que somente se desdobrou em prestações repetidas para facilitar o adimplemento do devedor, o termo inicial do prazo prescricional também é um só: o dia em que se tornou exigível o cumprimento integral da obrigação, isto é, o dia de pagamento da última parcela (princípio da actio nata - art. 189 do CC). Descaracterização da prescrição de trato sucessivo.

4. Rever a conclusão do aresto impugnado acerca dos pagamentos realizados encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1033260/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 26/10/2018)

3. Ademais, nas razões do recurso especial não procurou a insurgente afastar o argumento acerca da possibilidade de revisão de contratos extintos e novados, que é suficiente para a manutenção do *decisum*.

Deste modo, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado no ponto, impõe o desprovimento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e

o recurso não abrange todos eles."

Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. TÍTULO. LIQUIDEZ. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. CONVERSÃO DE RITO. SÚMULA Nº 283/STF. ARTS. 188, 277 E 283 DO CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

(...)

3. A verificação da procedência da tese de liquidez do título executado exigiria o reexame de matéria fática e a reanálise de cláusulas contratuais, atraindo os óbices da Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

4. A ausência de impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o disposto na Súmula nº 283/STF.

5. A falta de prequestionamento de dispositivos legais impede o conhecimento do recurso especial.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1379165/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 20/02/2020)

Inafastável, no ponto, o óbice da Súmula 283/STF.

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator